



ARTIGO

FRENTE NEGRA, AÇÃO INTEGRALISTA E O CONSERVADORISMO COMO ESTRATÉGIA DE ENFRENTAMENTO AO RACISMO – 1930-1937¹

Contato
Av. dos Estados, 5001
09210-580 – Santo André – São Paulo – Brasil
ramatis.i@ufabc.edu.br

 Ramatis Jacino²
Universidade Federal do ABC
Santo André – São Paulo – Brasil

Resumo

Este artigo procura analisar as razões que levaram parte das lideranças negras da década de 1930 a aderir à Ação Integralista Brasileira, organização de extrema-direita, defensora de projetos políticos e sociais semelhantes às do nazifascismo europeu. Busca, ainda, compreender os motivos do seu distanciamento da organização mais importante no espectro político oposto no período, o Partido Comunista do Brasil. A partir do estudo de documentos fundantes da FNB, do PCB e da AIB, confrontados com a literatura sobre o tema, foi possível perceber que a AIB possuía certas singularidades e princípios que coincidiam com as demandas dos afrodescendentes. Por outro lado, existem indícios que a negação da existência de racismo e discriminação racial no Brasil, pelas lideranças do PCB a época, teria contribuindo para aquele distanciamento.

Palavras-chave

Negros – Integralismo – Conservadorismo – Racismo – Comunismo

¹ Artigo não publicado em plataforma *preprint*. Todas as fontes e bibliografia utilizadas são referenciadas no artigo.

² Doutor pelo Programa de pós-graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – DH/FFLCH/USP. Professor do Bacharelado em Ciências Econômicas (BCE) e membro do Núcleo de Estudos Africanos e Afro-brasileiros (NEAB).



ARTICLE

BLACK FRONT, INTEGRALIST ACTION AND CONSERVATISM AS A STRATEGY TO CONFRONT RACISM – 1930-1937

Contact
Av. dos Estados, 5001
09210-580 – Santo André – São Paulo – Brazil
ramatis.j@ufabc.edu.br

 Ramatis Jacino
Universidade Federal do ABC
Santo André – São Paulo – Brazil

Abstract

This article seeks to analyze the reasons that led part of the black leaders of the 1930s to join the Brazilian Integralist Action, an extreme right-wing organization, defender of political and social projects similar to those of European Nazi-fascism. It also seeks to understand the reasons for its distance from the most important organization in the opposite political spectrum at the time, the Communist Party of Brazil. From the study of founding documents of the FNB, PCB and AIB, confronted with the literature on the subject, it was possible to perceive that the AIB had certain singularities and principles that coincided with the demands of Afro-descendants. On the other hand, there are indications that the denial of the existence of racism and racial discrimination in Brazil, by the PCB leaders at the time, would have contributed to that distance.

Keywords

Blacks – Integralism – Conservatism – Racism – Communism

Introdução

Em aparente contradição com seu legado de lutas libertárias, a adesão do movimento negro brasileiro às teses conservadoras nas primeiras décadas do século XX tem caráter bastante inusitado, desperta a curiosidade do pesquisador e justifica a presente investigação. Causa estranheza que algumas lideranças afrodescendentes tenham abraçado uma causa originada nos setores historicamente privilegiados, com orientação ideológica contrária à insubordinação dos oprimidos frente a uma sociedade estamental, presente ao longo do período escravista e cujos efeitos ainda se faziam sentir transcorridos quase 40 anos da extinção legal daquele regime. Portanto, a presença de negros naqueles movimentos conservadores não pode ser considerada natural ou inexorável, muito pelo contrário, está em contradição com o histórico de lutas dos africanos e afrodescendentes, escravizados, livres ou libertos. O fim legal da escravidão não elevou os ex-escravizados à condição de cidadãos plenos de direitos, nem permitiu sua inserção plena na sociedade capitalista e republicana que emergia da sociedade escravista e monarquista. Essa marginalização econômica, social e política gerou diversos conflitos nos ambientes rural e urbano e foi pano de fundo de inúmeras revoltas populares. Ainda que as demandas em torno das quais aqueles conflitos ocorriam não explicitassem a discriminação racial como a razão principal das ações de rebeldia, seus protagonistas carregavam nos corpos, na condição social, na cultura e no modo de vida o legado da escravidão. Na década de 1930, a Frente Negra Brasileira (FNB), uma entidade de caráter nacional, vai coroar 4 décadas de resistência à discriminação racial e busca reparações por 3 séculos e meio de escravidão. Seus integrantes, todavia, abandonaram as formas de lutas ancestrais e pautaram-se por tentativas de inserção social por meio da manipulação dos mecanismos consentidos pela sociedade que, não obstante, mantinha instrumentos de marginalização e coerção semelhantes aos do período escravista (ALGRANTI, 1983, p. 243).

A metodologia utilizada pela pesquisa que deu origem ao presente artigo foi o estudo comparado dos documentos oficiais do Partido Comunista do Brasil (PCB), da Ação Integralista Brasileira (AIB) e da Frente Negra Brasileira, assim como algumas das principais publicações *frentenegrinas*, comunistas e integralistas. Os três principais documentos utilizados foram o estatuto do PCB, aprovado no final de março de 1922, o Manifesto de 7 de outubro de 1932, que dá origem à AIB, e o estatuto da FNB, aprovado em 16/09/1931. Foram analisados, ainda, diversos exemplares de jornais publicados pela FNB, pelas instâncias do PCB e da AIB, assim como manifestos e declarações de lideranças desses três agrupamentos políticos. Entre a vasta literatura que aborda os projetos e ações da esquerda e da direita no período, foi utilizada a produção que analisa seu posicionamento frente à questão racial no Bra-

sil. Para fundamentar a análise sobre a FNB, foi utilizada a bibliografia que aborda o movimento negro nas primeiras décadas do século XX e diversas publicações do período, produzidas por ativistas negros de várias partes do país, conhecidas entre os pesquisadores como “imprensa negra”.

O período sobre o qual me debruçei neste artigo compreende o Governo Provisório de Getúlio Vargas, de 1930 a 1934, e seu Governo Constitucional, de 1934 a 1937, que surge em resposta à insurreição das oligarquias paulistas de 1932, e é resultado da eleição realizada no período e da aprovação de uma nova Constituição. Foi observado ainda parte do Estado Novo (1937 a 1945) como resultado do golpe de Estado desferido por Vargas, que impõe uma nova constituição, destitui o Congresso e investe-se de poderes ditatoriais. O objetivo é buscar o nexos entre um passado tão belicoso e a adesão a um movimento conservador que deslegitimava os conflitos inerentes a sociedades desiguais, propunha acomodação entre os grupos sociais em conflito e negava peremptoriamente a luta de classes. A hipótese a partir da qual o estudo aqui apresentado se moveu é a de que o Integralismo brasileiro apresentava certas singularidades e discursos que contemplavam as demandas da população negra brasileira. Por outro lado, levanto a possibilidade de que a rejeição dessas lideranças às ideias e organizações de esquerda - que propugnavam uma sociedade igualitária, portanto com a elevação da condição social de negros - tenha se dado porque seu discurso generalista não dialogava com as demandas reais e imediatas daquele grupo social.

São incipientes as pesquisas que abordam a relação entre o Integralismo e a questão racial e menos ainda aquelas que buscam compreender as razões de parte da intelectualidade e lideranças negras terem integrado os quadros da AIB. Via de regra, a literatura disponível trata o racismo no interior daquele movimento a partir das posições antissemitas de Gustavo Barroso, uma de suas lideranças, embora a maioria interprete como uma fala isolada, que não representava o pensamento geral do movimento. A respeito das questões específicas, que envolvem os negros e indígenas, essa literatura destaca o Indianismo e pouco se debruça sobre o posicionamento da entidade e de seus líderes acerca da população negra brasileira. As publicações, em sua maioria, partem da premissa de que o Integralismo, por ser uma expressão do nazifascismo em terras brasileiras, era necessariamente racista, interpretação que reputo apressada e superficial, considerando que aquela corrente de pensamento apresentava certas singularidades que não permitem reduzi-la a uma organização eminentemente racista. Costa Filho (2017, p. 99-120) e Cruz (2004, p. 264) são exemplos de autores que apontam essas semelhanças com a ideologia nazista, valendo-se do discurso antissemita e eugênico de Barroso, embora Cruz admita que ele deva ser considerado “um caso à parte”, argumentando ainda que “a construção do discurso integralista sobre a questão racial estava condicionada

pelos valores cristãos, que pregam tolerância e amor ao próximo e a ideia de união”. Sentinelo (2010, p. 145-152), que busca compreender o lugar das “raças” no projeto integralista, segue Cruz e também qualifica aquela corrente de pensamento como racista. Prededon (2019, p. 249), que analisa exemplares do jornal *A Marcha*, do Partido de Representação Popular, que sucedeu a AIB, afirma que “A posição da AIB diante da questão racial no Brasil é dúbia, pois não existiam documentos oficiais do partido que tratassem especificamente dessa questão”. Afirmção equivocada, pois a posição da AIB sobre negros está registrada no seu estatuto, nos textos produzidos por Plínio Salgado, Miguel Reali, Alberto Torres e Gustavo Barroso. Afirma, ainda, o pesquisador (2019, p. 256), sem apresentar comprovação, que Veiga dos Santos deixou a Presidência do movimento Pátria Nova em 1934, “provavelmente em razão do racismo que sofrera por parte dos dirigentes brancos”.

Cruz, em outro artigo que trata o tema de maneira mais aprofundada (2006, p. 221), refuta a ideia de que o Integralismo tenha sido simplesmente uma cópia do fascismo europeu porque percebe em seu discurso a presença de um “espírito revolucionário” e porque a renovação da sociedade por eles defendida, “estava atrelada a uma intensa mobilização de todos os setores da sociedade brasileira” (2006, p. 224). Ainda porque “haveria uma identificação da noção de igualdade com a de uniformidade, de onde resulta a imagem de uma sociedade desprovida de conflitos e diferenças, composta por cidadãos homogêneos e ativos” (2006, p. 230). Para ela, o discurso de Gustavo Barroso insere-se na proposta de reconstrução nacional e na busca da homogeneidade que, passando pela resolução do “problema das raças”, teria gerado um racismo singular, por tirar a discussão do campo das ciências e da razão, transportando-a para o campo da moral e dos valores, dando-lhe um aspecto humanitário. Segundo a autora, essa operação ideológica possibilitaria combinar a defesa de princípios racistas e excludentes com a negação do racismo enquanto parte integrante de seu ideário. Para Cruz (2006, p.138):

O Integralismo, por rejeitar qualquer forma de luta que pudesse dividir a Nação, opunha-se também às divisões étnico-raciais, afirmando, em nome da irmandade cristã, a importância da harmonia entre os brasileiros de todas as raças e classes sociais.

Assim, para o pensamento integralista, o processo de miscigenação racial seria concebido como resultado da história e da “alma” do povo brasileiro, cujo marco histórico teria se dado no encontro entre o indígena tupi e o branco colonizador, nascendo desse cruzamento o “homem brasileiro específico”, enquanto síntese sem, contudo, abrir mão da supremacia branca e da dicotomia “selvagem” x “civilizado”. Essa última característica conquistada, segundo aquele pensamento, graças ao batismo cristão, absorção dos valores e da cultura europeia. O negro, por outro lado, seria valorizado pelos integralistas a partir da mesma ideia de acultramento e pro-

moção da “civilização”, por sua suposta capacidade de integração à sociedade, por seu trabalho e por sua participação em momentos históricos importantes, lutando ao lado de brancos e indígenas. A literatura a que tivemos acesso, a meu juízo, não conseguiu produzir argumentação irrefutável acerca de um racismo antinegro no movimento integralista.

Os comunistas e a questão racial

A chegada ao país dos imigrantes europeus nas últimas décadas do século XIX e primeiras do XX trouxe também quantidade significativa de ativistas sindicais, em sua maioria de orientação anarquista, que lideraram boa parte dos movimentos grevistas até por volta da década de 1920, quando começam a perder espaço para os comunistas. A fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB) ocorreu durante um congresso na cidade de Niterói, no estado do Rio de Janeiro, entre os dias 25 e 27 de março de 1922. Os fundadores priorizavam a “organização política do proletariado em um partido de classe para a conquista do poder e consequente transformação política e econômica da sociedade capitalista em sociedade comunista” (CARONE, 1982, p. 23). O estatuto aprovado durante esse congresso explicita a secundarização da questão racial pelo partido. Existem artigos específicos e diversas citações acerca da necessidade de organização da juventude proletária e das mulheres, mas nem uma menção aos negros ou ao racismo (CARONE, 1982, p. 23). Desde sua fundação, o PCB enfrentou inúmeras dissensões internas e expurgos. As fontes e a bibliografia consultadas relatando esses conflitos não apontam na linha oficial e majoritária do partido, nem nos grupos de oposição interna ou expurgados, menção à questão racial, menos ainda se essa poderia ser a razão de divergências. O debate girava em torno das práticas sindicais, da relação com os setores médios, com o tenentismo, com a burguesia nacional, os militares, o nacionalismo, e a adesão ao stalinismo ou ao trotskismo. Segundo Chadaverian (2012, p. 255), é possível identificar duas fases distintas no tratamento dado pelo PCB à questão racial. Na primeira, entre 1922 e 1933, haveria um profundo desinteresse e uma tendência a minimizar o racismo como um problema relevante da nação brasileira. A partir de 1934, resultado das pressões da Internacional Comunista, teria ocorrido uma mudança nas análises sobre a realidade brasileira, com críticas à condição de negros e indígenas. Essa inflexão teórica, todavia, teria sido insuficiente para reorientar a política do partido com manifestações inequívocas contra o racismo e a discriminação racial. Menos ainda com a emissão de sinais evidentes à população negra acerca da condição de subalternidade a que fora relegada pelas elites e pelo Estado brasileiro. O principal veículo de comunicação do partido, o jornal *A Classe Operária*, realizava cobertura robusta das lutas, das organizações trabalhistas e populares, denunciava as más condições de

trabalho de operários, marinheiros, funcionários públicos, prestadores de serviços e camponeses em todo o país. A luta das mulheres não conta com grande destaque, mas é contemplada ocasionalmente. Na edição especial de primeiro de maio de 1926 (Idem, p. 2), é transcrito discurso intitulado “A Jornada Internacional da Mulher Operária”, assinado por Nympha de Vimnar, apontando a “falta de consciência” da mulher operária, assim como o capitalismo pela sua condição na sociedade. Na edição de 25 de agosto de 1928 (Idem, p. 3), é publicado texto sob título “Mulheres Trabalhadoras do Brasil, Alerta”, de autoria de Hermelinda Borges, conclamando as mulheres a cerrarem fileiras com seus companheiros e reconhecendo a discriminação de gênero. Não foi possível encontrar nas páginas daquele periódico nenhuma menção à discriminação racial ou à luta de homens e mulheres negras por equidade. Nas poucas vezes que negros são citados no periódico, é reproduzido o mesmo discurso das classes dominantes, que reconhece os brasileiros como resultantes da união harmônica e colaborativa das “três raças”³.

O III Congresso do PCB, realizado na sede da Federação Operária do Estado do Rio de Janeiro, em Niterói, entre os dias 29 de dezembro de 1928 e 4 de janeiro de 1929, marcou algumas mudanças de orientação do partido, na busca por maior interação com os trabalhadores. Durante o evento, foram discutidas teses sobre a situação política nacional que identificavam a existência de duas revoltas populares anteriores (1922 e 1924), levando à formulação da teoria da “terceira força”, que previa uma “explosão revolucionária”, como desdobramento da Coluna Prestes. Essa terceira revolução apresentar-se-ia, segundo aqueles congressistas, mais ampla e radical. Por isso, seria tarefa do PCB mobilizar as massas e colocar-se à sua frente, conquistando “não só a direção da fração operária, mas a hegemonia de todo o movimento” (CARONE, 1982, p. 24). Nesse congresso, foi debatida a linha política que orientaria o partido, levando em conta elementos como a dominação imperialista, a economia agrária, o problema da terra e a revolução democrático-burguesa. Contudo, não faziam nenhuma abordagem sobre a questão racial, em que pese o partido lançar, ainda naquele ano, um candidato negro à Presidência da República, Minervino de Oliveira⁴, cuja campanha girou em torno das deliberações do partido acerca da “libertação das massas proletárias e pequeno-burguesas, confisco sem

³ A exemplo do artigo “Os capitalistas não têm pátria! E os operários?”, publicado no número de 25 de junho de 1925 (p. 2).

⁴ Minervino de Oliveira nasceu no Rio de Janeiro em 1891, filho de José de Oliveira e Augusta Laura de Oliveira, tinha origem negra e começou a trabalhar aos 10 anos de idade. Foi aprendiz de tecelão na fábrica São João, depois empregado do comércio e em fábricas de vidro, móveis e marmorarias. Foi, ainda, lavrador, carvoeiro e empregado da Light. Pouco antes de se tornar candidato, havia sido eleito recentemente secretário-geral da Confederação Geral do Trabalho.

indenização das terras dos grandes proprietários do campo e a luta feroz contra o imperialismo internacional” (CARONE, 1982, p. 72). Na edição de 25 de agosto de 1928 de *A Classe Operária* (Idem, p. 2-4), Minervino é apresentado como candidato e recebe elogios pela sua trajetória como operário comunista, por sua origem camponesa e mencionada a perseguição que sofria pelo Estado burguês, que já o havia encarcerado quatro vezes. Sua cor e as discriminações vividas pelos trabalhadores e trabalhadoras negros, também nessa ocasião, não mereceram nenhum destaque.

O Bloco Operário Comunista, surgido no interior do PCB, realizou seu primeiro congresso (clandestino) no Rio de Janeiro entre os dias 3 e 5 de novembro de 1929. Com a presença de representantes de 44 entidades sindicais de 12 estados, aprovou uma pauta que incluía a união dos trabalhadores do campo e das cidades, alterando o nome para Bloco Operário e Camponês do Brasil. Defendia o voto secreto, a criação de uma legislação trabalhista, jornada de trabalho de 8 horas diárias e 44 semanais, salário mínimo, contratos coletivos de trabalho, previdência social, nacionalização de empresas estrangeiras e anistia aos presos políticos. Pautou questões ligadas à cidadania e incorporação de setores específicos da sociedade, como juventude, trabalhadores menores de idade e rurais, mulheres, militares, analfabetos e até mesmo indígenas. A discriminação racial contra negros e a herança escravista, todavia, mais uma vez não foram citadas pelos ativistas presentes naquele congresso.

A documentação consultada indica que os marxistas brasileiros discutiram a questão racial a partir da pressão da Internacional Comunista, em 1923, quando esta se manifestou sobre a formação racial brasileira e tece uma série de críticas ao PC do Brasil⁵, que em resposta nega a existência de uma “questão negra”. Posicionamento reiterado em relatório de 1928, enviado à IC por ocasião do VI Congresso, que denuncia as difíceis condições de vida dos indígenas, omitindo-se, contudo, em relação aos negros. Os delegados brasileiros que participaram daquele Congresso, instados por ativistas de outros países, negaram a existência de um problema de raças no Brasil (CHADAVÉRIAN, 2012, p. 259-260) e defenderam a tese de que a situação dos negros compatriotas não demandava, por parte dos comunistas, “campanhas reivindicati-

⁵ A partir de 1928, Moscou adota a política do direito à autodeterminação dos negros e indígenas, reitereando as teses de 1922, do seu Quarto Congresso, então sob direção de Lênin e Trotsky. Foi se valendo dessa diretriz que, em reunião extraordinária realizada em Moscou no início de 1930, os dirigentes da IC aprovaram uma resolução sobre o Brasil, com críticas contundentes ao PCB. Dentre as tarefas imediatas exigidas à agremiação da América do Sul, destacava-se a necessidade de empreender um trabalho “sério” e “sistemático” contra a opressão racial. Um ano depois, Moscou enviou à direção do PCB um questionário solicitando informações sobre a situação dos negros no Brasil. As questões deveriam servir de base para a formulação de uma nova agenda voltada a esse segmento populacional (CHADAVÉRIAN, 2012, p. 259).

vas” específicas. Em discurso muito próximo daquele proferido pelas classes dominantes e secundando as argumentações dos eugenistas, apontaram para o elevado grau de mestiçagem e a tendência de branqueamento da população brasileira. Mencionaram, ainda “o significativo número de não brancos ocupando cargos importantes nos estratos da burguesia”, concluindo que não havia preconceito racial no Brasil, e que o problema do negro era de classe e não de raça (CHADAVERIAN, 2012, p. 260).

As gêneses do pensamento integralista

Seria reducionismo interpretar o Integralismo brasileiro como simples adaptação das teorias nazifascistas, ainda que existisse profundo diálogo entre seus defensores e os formuladores das teorias de extrema-direita europeia. Essa corrente de pensamento foi desenvolvida com certa sofisticação pelos seus teóricos, e afirmou-se a partir de uma formulação ideológica desenvolvida aproximadamente um século antes. A necessidade de interpretar o desenvolvimento do Brasil de forma sistemática, a partir de um ponto de vista branco, europeu, colonizador e escravista, mas já valorizando o surgimento de uma nova nação, deu-se a partir de meados do século XIX, quando as oligarquias nativas se sentiam fortalecidas. A fuga da família real portuguesa para o Brasil, em 1808, a “abertura dos portos às nações amigas” apenas 6 dias após seu desembarque, a elevação da colônia, 7 anos mais tarde, à condição de sede do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, paradoxalmente, empoderou as elites nativas.

O Romantismo, instrumento do nativismo, assim como o Indianismo que dele derivou, significou a tradução para arte e literatura do pensamento sociológico e filosófico desenvolvidos por intelectuais oriundos das “elites crioulas”. Essa corrente literária, na sua origem europeia, foi marcada pela idealização do período clássico e feudal. No Brasil, por não ser possível recontar um passado que não lhe pertencia, e na busca por uma gênese que legitimasse aquelas oligarquias nativas, o Romantismo voltou-se para os primeiros habitantes e o passado pré-colonial. Idealizou-se os povos autóctones, manifestando nostalgia por um passado edênico, homogeneizando as diversas nações indígenas e acrescentando a estes povos características próprias do heroísmo europeu, criando assim uma caricatura bastante distanciada da cultura e da ética indígenas.

Os mitos fundadores também foram instrumentos importantes para legitimar o poder político dos detentores do poder econômico e amalgamar o povo que dirigiam. A luta contra os holandeses pela posse de porções de terras no “novo mundo” ajudou as oligarquias açucareiras do Nordeste a forjarem o primeiro mito fundador do Brasil ao relatarem a “união harmoniosa e colaborativa das três raças contra o invasor”. Clara e Felipe Camarão, líderes indígenas, Henrique Dias, líder negro,

e Mathias de Albuquerque, fidalgo branco, uniram seus exércitos, resultantes de acordos, promessas de libertação e de concessão de terras, e combateram o exército organizado pela Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, encerrando uma série de enfrentamentos que duraram de 1624 até 1654. Apresentado como feito heroico, aquele conflito foi registrado pelos historiadores e incorporado ao imaginário popular. Todavia, as oligarquias cafeeiras, que alçaram o poder ao longo do século XIX, também tinham necessidade de uma narrativa que as legitimasse e mitificasse suas origens étnicas e criam uma nova gênese do Brasil centrada em São Paulo. Essa gênese, contudo, estava na violência sexual sistêmica praticada pelos portugueses e seus descendentes contra as mulheres indígenas, resultando no surgimento de uma população mestiça, nominada como mamelucos. Esses, por sua vez, foram reconhecidos como a origem dos bandeirantes, também elevados à condição de heróis e desbravadores dos sertões, responsáveis pelo esgarçamento das fronteiras do país. Assim, romantiza-se aquela violência, que passa a ser simbolizada pela união entre o homem branco e a mulher indígena, representada por João Ramalho e Bartira que, ademais, reduz a indígena à condição de amante e parideira, distante da guerreira altiva do mito fundador do Nordeste açucareiro. Coerente com o projeto branqueador, que previa a extinção do negro no futuro e promovia seu apagamento do passado, nesse novo mito fundador os africanos e afrodescendentes não têm espaço. A construção da Nação, segundo essa narrativa, havia se dado unicamente pela união amorosa entre brancos e indígenas.

A Semana de Arte Moderna, realizada em fevereiro de 1922, em São Paulo, foi um marco do rompimento com a tradição acadêmica e início de uma nova estética na arte e na literatura brasileiras. Todavia, em que pesem os arroubos de independência e singularidade, o Modernismo, em certa medida, apenas radicalizava o Indianismo do século XIX. Há que se ponderar, contudo, que esse movimento não se limitou ao período de 13 a 17 de fevereiro daquele ano, a São Paulo ou a seus protagonistas. Reverberou junto a diversos outros grupos culturais no país e serviu como base de elaborações teóricas, tanto conservadoras como progressistas. As ideias manifestadas pelos integrantes daquele movimento contribuíram na formulação do pensamento integralista, mas também subsidiaram intelectuais progressistas e mesmo de esquerda das gerações seguintes. A icônica escritora feminista e militante comunista, Patrícia Galvão, pré-adolescente naquele ano, tornou-se uma das suas maiores referências nas décadas seguintes. Oswald de Andrade, que foi filiado ao PCB, assim como outros artistas e intelectuais, também formulava um Modernismo que não poderia redundar no pensamento conservador. O quadro *Abaporu*, de Tarsila do Amaral, e o Manifesto Antropofágico, de Andrade, tornados públicos 6 anos depois, representam a versão mais radical e esquerdista dos protagonistas da Semana.

Atuando como jornalista no *Correio Paulistano*, órgão oficial do Partido Republicano Paulista (PRP), Plínio Salgado torna-se amigo de Menotti Del Picchia e por se dedicar às atividades literárias e ter adquirido certo reconhecimento como escritor, foi convidado por esse para participar do evento modernista. Sua produção posterior, em especial as convicções e ações políticas manifestadas, indicam que o jovem escritor foi bastante impactado pelos debates, apresentações e exposições que assistiu. Salgado filia-se ao Indianismo do século XIX, rejeita o excludente mito fundador dos cafeicultores paulistas e referencia-se no mito do Nordeste açucareiro, que reconhece o negro como elemento fundante da nação. Refuta a eugenia defendida por Nina Rodrigues e seus seguidores e adota, em parte, a eugenia representada no quadro *A Redenção de Can*⁶, onde o processo de branqueamento é apresentado como a maneira de negros se libertarem da “maldição bíblica”. Aproxima-se assim de Euclides da Cunha, Gilberto Freyre e outros intelectuais de então, que sustentavam a ideia de que a miscigenação era inexorável e positiva para os propósitos de construção de uma grande nação.

Defensores de um Estado confessional católico e conservador, Plínio e os demais integralistas, norteavam-se por concepções metafísicas e espirituais e opunham-se ao Positivismo, corrente filosófica bastante difundida no Brasil e na Europa em fins do século XIX e começo do XX. Não obstante, sofreram certa influência desse pensamento e algumas de suas elaborações teóricas derivaram de autores positivistas. A ideia de que a miscigenação era boa e capaz de forjar um novo povo adaptado a realidade dos trópicos, por exemplo, estava presente no pensamento de Euclides da Cunha (1901, p. 58), que manifesta um ponto de vista eugênico, porém diferenciado da corrente majoritária que preconizava a segregação racial. O determinismo geográfico, esposado pelos integralistas é encontrado nas afirmações *euclideanas* que consideram ser o homem fruto do meio ambiente e caracteriza o mestiço brasileiro como uma “raça” inferior, porém adequada para o trabalho no ambiente inóspito do semiárido, classificando-o, ainda como “antes de tudo, um forte”. Porém, “desgraçoso, desengonçado, torto, um Hércules/Quasímodo” (CUNHA, 1901, p. 90).

O integralismo sofreria, ainda, influência de um movimento dos setores médios do exército que mais tarde recebeu o nome de tenentismo. Idealistas e descontentes com a situação política, econômica e social do país, seus integrantes defendiam reformas profundas e, do ponto de vista político, tinham como foco principal

⁶ Tela de Modesto Brocos y Gómez (09/02/1852 – 28/11/1936), pintor espanhol radicado no Brasil a partir de 1890. Sua pintura, *A Redenção de Can*, de 1895, tornou-se um ícone do projeto eugenista brasileiro. Acervo da Editora da USP. <https://www.edusp.com.br/mais/a-tela-a-redencao-de-cam-e-a-tese-do-branqueamento-no-brasil/>. Acessado em 08/07/2021.

a instauração do voto secreto, enquanto do ponto de vista social reivindicavam a reforma educacional. A “revolta dos tenentes”, que impactou as oligarquias, a esquerda e alguns setores das forças armadas, teve em comum com os demais movimentos progressistas da época o silêncio sobre a discriminação racial. Essa questão, todavia, pairava sobre as demandas que norteavam aqueles militares pois, diferentemente das elites e do PCB, miravam o “Brasil profundo”, os miseráveis e excluídos do campo e das cidades, compostos em sua maioria por negros e mestiços. Ainda que não de maneira explícita, os ideais dos “tenentes” - de justiça social, superação das oligarquias políticas, desenvolvimento nacional, valorização da educação e construção de uma sociedade mais justa, - estavam presentes também nas propostas que a AIB apresentava ao país.

O Integralismo e a questão racial

A origem da Ação Integralista Brasileira (AIB) é marcada pelo lançamento do Manifesto de Outubro, de autoria de Plínio Salgado, publicado no dia 7 daquele mês, no ano de 1932. O documento era dirigido “*À Nação Brasileira – Ao operariado do país e aos sindicatos de classe – Aos homens de cultura e pensamento – À mocidade das escolas e das trincheiras – Às classes armadas*” e inicia afirmando sua Concepção do Universo e do Homem. Considera que “Deus dirige os destinos dos povos” e o “O Homem deve praticar sobre a terra as virtudes que o elevam e o aperfeiçoam”. Afirma que “O homem vale pelo trabalho, pelo sacrifício em favor da Família, da Pátria e da Sociedade” e, rejeitando os privilégios de classe e nascimento, afirma que esse “Vale pelo estudo, pela inteligência, pela honestidade, pelo progresso nas ciências, nas artes, na capacidade técnica, tendo por fim o bem-estar da nação e o elevamento moral das pessoas”. Declara que “Todos podem e devem viver em harmonia, uns respeitando e estimando os outros, cada qual distinguindo-se nas suas aptidões”. Sustenta que “cada homem tem uma vocação própria e é o conjunto dessas vocações que realiza a grandeza da nacionalidade e a felicidade social”. Refutando o conceito marxista de luta de classes, o Manifesto afirma que “Os homens e as classes podem e devem viver em harmonia” e, defendendo a meritocracia liberal, afirma que “É possível ao mais modesto operário galgar uma elevada posição financeira ou intelectual”. E vaticina:

Cumpra que cada um se eleve segundo sua vocação. Todos os homens são suscetíveis de harmonização social e toda superioridade provém de uma só superioridade que existe acima dos homens: a sua comum e sobrenatural finalidade. (SALGADO, 1932)

Declara seu entendimento da nação brasileira “como indivisível, com união perfeita entre os brasileiros”. Rejeita a “fragmentação representada pelos poderes locais, partidos políticos, conflito entre as classes e a ação isolada e pessoal nas deci-

sões governamentais”. Fala da importância de se “manter os princípios de autoridade, hierarquia e disciplina, sem as quais só haveria desordem”.

Os signatários do texto autodeclararam-se nacionalistas, rejeitando o “cosmopolitismo” que seria resultado de maléfica influência estrangeira. Contudo, isso não significava, segundo o documento, má vontade com as nações amigas, nem com “os filhos de outros países, que aqui também trabalham objetivando o engrandecimento da Nação Brasileira”. Denunciam os costumes enraizados na burguesia urbana, “embevecida por essa civilização que está periclitando na Europa e nos Estados Unidos”, criticam os “lares repletos de estrangeirismos e ignorantes, que desconhecem os pensadores, escritores e poetas nacionais”. Atacam de maneira inequívoca o racismo, ao afirmarem que as elites “Envergonham-se também do caboclo e do negro da nossa terra e vivem a cobri-lo de baldões e de ironias, a amesquinhar as raças de que proviemos”. Proclamam a urgência em:

(...) unir todos os brasileiros num só espírito: o tapuio amazônico, o nordestino, o sertanejo das províncias nortistas e centrais, os caiçaras e piraquaras, vaqueiros, calus, capixabas, calungas, paroaras, garimpeiros, os boiadeiros e tropeiros de Minas, Goiás, Mato Grosso; colonos, sitiantes, agregados, pequenos artífices de São Paulo; ervateiros do Paraná e Santa Catarina; os gaúchos dos pampas; o operariado de todas as regiões; a mocidade das escolas; os comerciantes, industriais, fazendeiros; os professores, os artistas, os funcionários, os médicos, os advogados, os engenheiros, os trabalhadores de todas as vias-férreas; os soldados, os marinheiros. (SALGADO, 1932)

Atacam a supervalorização da Europa e Estados Unidos, e a mudança no comportamento social, ao denunciar que os burgueses “Vivem a engrandecer tudo o que é de fora”, desprezando as iniciativas nacionais e as tradições e “procuram implantar a imoralidade de costumes”. Por outro lado, reiteram que o comunismo não seria a alternativa, pois representaria o imperialismo russo. Sustentam que “A questão social deve ser resolvida pela cooperação de todos, conforme a justiça e o desejo que cada um nutre de progredir e melhorar”. Reforçam o direito à propriedade como fundamental e entendem que o próprio capitalismo atentava contra esse direito devido ao individualismo desenfreado e, manifestando uma espécie pré-keynesianismo⁷, sustentam que “Temos de adotar novos processos reguladores da pro-

⁷ Não foi possível encontrar informações sobre se Salgado conhecia as teses de John Maynard Keynes, mas é certo que as ideias desse economista e pensador britânico já corriam o mundo desde 1913, embora ele só tenha publicado a sua principal obra, “A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda”, em 1936. Contudo, certamente não era novidade entre os pensadores da época a ideia de um Estado com maior protagonismo, no âmbito do capitalismo.

dução e do comércio, de modo que o governo possa evitar os desequilíbrios nocivos à estabilidade social”, pois “ao Estado compete a proteção de todos”.

Plínio Salgado posicionou-se explicitamente contra “as ideias do racismo biológico, pretensamente científico” em carta dirigida aos integralistas em 1934, onde sintetiza a posição do movimento com a frase “o problema do mundo é ético e não étnico”. No mesmo sentido, Miguel Reale, Secretário Nacional de Doutrina da AIB, proclamou, na *Súmula do Integralismo* (REALI apud CRUZ, 2004, p. 96), que esse movimento se mantém “alheio a todo e qualquer preconceito de raça, preferindo julgar o homem, não pelos aspectos exteriores da cor, ou do formato dos crânios, mas pelos valores morais e cívicos”, de sorte que “a tese racista não está, nem nunca esteve, dentro das nossas cogitações”. Já Gustavo Barroso, Chefe da Milícia Integralista e, depois, Secretário Nacional de Educação Moral, Cívica e Física da AIB, ganhou notoriedade como antissemita. Contudo, no que diz respeito aos negros e indígenas proclamou que o Integralismo “combate os racismos, os exclusivismos raciais” (BARROSO apud CRUZ, 2004, p. 96). Os integralistas, sob influência do Modernismo, maximizaram, ainda, o Indianismo do século XIX, supervalorizando e romantizando os povos originais, postura que tem na sua saudação oficial, *anauê*⁸, um dos mais significativos exemplos. É fato que os integralistas esposavam parte das teses eugênicas, favoráveis à miscigenação, embora não necessariamente com o branqueamento. Contudo, ao contrário da maioria dos seguidores de Galton e Gobineau, não condenavam a miscigenação e sim a consideravam positiva para forjar um povo adequado à realidade dos trópicos. E, avançando para além da ideia de um “Hércules/Quasimodo” de Euclides da Cunha, consideravam que aquela miscigenação estava forjando a “nova e genuína raça brasileira”.

Frente Negra Brasileira: gênese, ideologia e ação

O Patrianovismo antecedeu a Frente Negra Brasileira e significou uma ponte para que suas lideranças ingressassem na AIB. A Ação Imperial Patrianovista Brasileira foi, talvez, a mais significativa representante do conservadorismo negro na história do Brasil. Idealizada por Arlindo Veiga dos Santos, é resultante de uma reu-

⁸ Segundo o dicionário online Priberam da Língua Portuguesa, a expressão deriva do Tupi (a-nau-ê) e trata-se de uma saudação utilizada a partir de 1923 pelos escoteiros brasileiros e, a partir de 1930, adotada pelos integralistas. Segundo Gustavo Barroso, em “O que o Integralista deve saber” (p. 149), seria um vocábulo de origem tupi, que servia como saudação e brado de guerra, mas com conteúdo afetivo semelhante a expressão “Você é meu irmão”. Não foi encontrada informação segura, produzida por linguista, que confirmasse tal afirmação, embora Câmara Cuscudo, de maneira não conclusiva, tenha discorrido sobre a expressão.

nião liderada por ele no ano de 1928, da qual participaram diversos jovens católicos, que na ocasião fundaram o Centro Monarquista de Cultura Social e Política Pátria Nova. Tradicionalista e nacionalista, o Patrianovismo pretendia contribuir para restauração da monarquia no país, projeto que dialogava com gerações anteriores de negros com razoável destaque na sociedade pré e imediatamente pós o período escravista e monárquico. José do Patrocínio, que em 9 de julho de 1888, criou a Guarda da Redentora, para proteger a Princesa Isabel e André Rebouças que, em solidariedade à família real, parte com eles para o exílio após a instauração da República, são dois exemplos do conservadorismo negro que aquele movimento buscava resgatar e afirmar. O regime político que propunham se baseava na monarquia tradicional, na Igreja Católica, no municipalismo e nas corporações de ofício. Se opunham à laicidade do Estado, defendiam a obrigatoriedade da religião católica e organizaram uma milícia armada para “combater o comunismo”.

O conservadorismo, a exaltação da Casa Real e a negação do racismo, foi a tônica no pós-Lei Áurea e nas primeiras décadas do século XX, especialmente entre os poucos homens negros com ascensão social ou exposição pública. O discurso de esquecimento do passado, o projeto de branqueamento genético, o etnocídio em curso, a ideia de que com a assinatura da Lei Áurea todos passaram a ser iguais e o mito da democracia racial, já em construção, aliado à tendência em generalizar suas experiências pessoais, contribuíram para que aqueles homens pactuassem com a sociedade o silêncio sobre a discriminação sistêmica, *não obstante* a marginalização de imensos contingentes de seus iguais. Silenciar sobre o passado escravista e o presente discriminador, contrair matrimônio com mulheres brancas, abandonar as referências culturais de origem africana, adotar o catolicismo e o discurso meritocrático eram passaportes para a sociedade branca e terreno fértil para ideias gestadas a algum tempo, que ganhariam exuberância no final da década de 1920 e início da de 30 com o Patrianovismo e o Integralismo.

Consistiria grave equívoco afirmar que os negros organizados na FNB foram “cooptados” pela AIB, pois certamente seria uma interpretação decorrente de hierarquização epistêmica; como se esses tivessem se submetido a uma elaboração teórica estranha. Por outro lado, seria temerário, a partir da documentação disponível, interpretar a criação da AIB como decorrência da FNB, embora essa tenha sido lançada publicamente um ano antes e sua gênese, o Patrianovismo, tenha se organizado com 3 anos de antecedência. É possível sustentar, contudo, que ambos os grupos sociais, organizados em suas respectivas entidades, desenvolveram aquele pensamento conservador concomitantemente e a união se deu a partir da coincidência de ideias.

Os indivíduos que dão origem à FNB emergem entre os negros urbanos com incipiente ascensão social - uma “elite negra assimilada” - interagindo no interior

daquela sociedade cindida, que os tratava com marcante ambiguidade⁹. No campo social, localizavam-se no meio do caminho, não fazendo parte do reduzido número de negros com trânsito entre as elites, mas também não compunham a imensa massa de desempregados, subempregados e miseráveis que viviam no limiar da legalidade, habitando cortiços e bairros periféricos dos aglomerados urbanos ou submetidos a trabalhos análogos a escravidão no ambiente rural. Não podem ser classificados como classe média, eram simplesmente operários e funcionários públicos com ânsia de ascender socialmente, não obstante alguns líderes se afirmarem como intelectuais. O conservadorismo dava-se na política, com a defesa das instituições e adesão a frações das oligarquias, algumas defensoras do republicanismo, outras que desejavam voltar a monarquia. Esse conservadorismo e defesa de um passado idealizado e de um país que os negros haviam ajudado a construir estava presente na carta assinada por Arlindo Veiga dos Santos, quando candidato a deputado constituinte, publicada em *A Voz da Raça* em 25/04/1933¹⁰ que declarava:

Quanto à defesa do Espírito, isto é, das tradições nacionais, dos costumes nacionais, que não podem ser perdidos por causa de uma minoria de doutrinas materialistas, positivistas ou outras, seguiremos o mesmo critério adotado na Frente Negra Brasileira. Respeito à Tradição, liberdade aos dissidentes. Não podemos quebrar os direitos do passado e do presente que o continua em nomes de pretensões de minorias que desejem importar seu modo de ver.

O conservadorismo estava presente ainda, e de maneira mais generalizada, nos costumes. Mesmo em espaços negros, como nos clubes criados para proporcionar momentos de lazer e sociabilidade, o padrão de comportamento exigido era da sociedade branca. A chamada “imprensa negra” veiculava esse tipo de pensamento e contribuía para disseminar comportamentos e propósitos semelhantes aos da maioria dos ativistas da FNB. Buscavam a ascensão social dos afrodescendentes, dentro da ordem estabelecida e defendiam a busca por inserção social a partir dos valores estabelecidos pelas classes dominantes. O etnocídio e a submissão a padrões culturais impostos por uma sociedade calcada em valores cristãos e eurocêtricos marcou o conjunto de publicações que desempenharam papel relevante na organização da população afrodescendente no início do século XX, assim como sua inser-

⁹ Flávio Thales, em artigo publicado em 2013, analisa a ambiguidade da situação econômica e social enfrentada pelos negros brasileiros, exposta pelo jornal da comunidade afro-americana *Chicago Defender*, que equivocadamente considerava existir uma “fraternidade racial” no Brasil que deveria ser seguida pela sociedade americana. <https://www.redalyc.org/journal/770/77066580006/>. Acesso em: 22 jul. 2021.

¹⁰ Transcrito por André Côrtes de Oliveira em *Quem é a “Gente Negra Nacional”? Frente Negra Brasileira e A Voz da Raça (1933-1937)*. Dissertação de mestrado, Instituto Filosofia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2006.

ção subalterna àquela sociedade. O Jornal *A Liberdade* é um exemplo. Na sua edição de 14/08/1919 (p. 2), publica mensagem ameaçadora alertando que:

As sociedades recreativas que queiram a sua boa ordem e respeito nas suas sociedades durante os ensaios não devem aceitar como sócias e convidadas as senhoras que tem dançado maxixe no Colombo. No próximo número *A Liberdade* vae encetar a sua campanha contra esse pessoal e dando notícia da sociedade onde dança a dama e seu nome e residência.

A “imprensa negra” congregava os mesmos extratos sociais da FNB, explicitando os pontos de vista de indivíduos com incipiente ascensão social, analisados por Florestan Fernandes (1978) e explicitados nos jornais como *A Rua*, *O Xauter*, *O Kosmos*, *Getulino*, *Auriverde*, *Progresso*, *Clarim da Alvorada*, *Tribuna Negra*, *O Estimulo*, *A Raça*, *Alvorada*, entre outros.

Frente Negra Brasileira: perfil, propósitos e escolhas

A Frente Negra Brasileira foi fundada em 16 de setembro de 1931, tinha sede na Rua da Liberdade, 196, na cidade de São Paulo e criou seções bastante ativas no Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco. Sua prática principal consistia em protestar contra a discriminação racial no comércio e nos serviços públicos, assim como contra a perseguição policial. Os fundadores foram Arlindo Veiga dos Santos, José Correia Leite, Isaltino Veiga dos Santos, Gervásio de Moraes, Jaime de Aguiar, Raul Joviano do Amaral e Justiniano Costa e sua criação deu-se como resultado da união de diversos grupos locais que, desde o fim legal da escravidão, buscavam formas de integrarem-se na sociedade e lutar contra o racismo. Na sua origem, a FNB era, acima de tudo, uma organização assistencial, cultural e recreativa, que se propunha criar alternativas de sobrevivência e de bem viver para os negros, evitando conflitar com a sociedade marcadamente racista. Oferecia uma série de serviços e para tanto organizara departamentos de instrução e cultura, musical, esportivo, médico, imprensa, artes e ofícios, dramático, jurídico e doutrinário e uma “comissão de moços”. Para socorrer membros com dificuldades financeiras, providenciava empréstimos por meio da Caixa Beneficente. Organizava campanhas “da Boa Vontade” e “Cruzada feminina”. Na sua sede, oferecia salão de cabeleireiro e barbeiro, local para jogos e divertimentos, além de oficina de costura e gabinete dentário (BARBOSA, 1998, p. 5). Ciente da importância política de uma entidade com aquele perfil e, talvez, já mirando a possibilidade futura de se transformar em partido político, a Frente promovia o engajamento eleitoral da população negra, mantendo um posto de alistamento na sede. Pautava-se pela busca de inserção econômica e social e não por ações radicais de enfrentamento à sociedade excludente, como os movimentos insurrecionais ocorridos ao longo do século XIX e início do

XX. Em seus estatutos, aprovados em 12/10/1931 e registrados no Diário Oficial em 04/11/1931, a FNB explicita suas intenções, orientação ideológica e projetos. Em texto curto, dividido em apenas 10 artigos, declara ser uma entidade que objetiva a:

(...) união política e social da Gente Negra Nacional, para afirmação dos direitos históricos da mesma, em virtude da sua atividade material e moral no passado e para reivindicação de seus direitos e políticos atuais na Comunhão Brasileira.

Informa que dela poderiam participar “todos os membros da Gente Negra Brasileira de ambos os sexos”. Declara que, como “força social, visa à elevação moral, intelectual, artística, técnica, profissional e física, assistência, proteção, defesa social, jurídica, econômica e do trabalho da Gente Negra”. Em parágrafo único, informa que serão criadas “cooperativas econômicas, escolas técnicas e de ciências e artes, e campos de esporte dentro de uma finalidade rigorosamente brasileira”. Reconhecendo-se como força política, afirma que, na busca por atingir seus objetivos, pleitearão cargos eletivos de representação. Estabelece a estrutura da direção e dos cargos, tanto no topo como na base da hierarquia e define o presidente da entidade como autoridade máxima e supremo representante de todos os associados, embora destaque a importância do Grande Conselho, composto por 20 membros. Estabelece que os regulamentos, ordens, avisos e comunicações têm força de lei para seus integrantes (BARBOSA, 1998, p. 110).

A FNB não tergiversava sobre o papel do negro na sociedade brasileira e cumpria com a xenofobia da AIB. Candidato a deputado constituinte em 1933, Arlindo Veiga dos Santos, na carta/programa citada acima declarava que:

No problema do Sangue, isto é, da Raça, será a primeira medida: A SUSPENSÃO DA IMIGRAÇÃO POR VINTE ANOS. Valorização moral, intelectual, física e econômica das populações negras e mestiças, de modo que mais tarde, pode ASSIMILAR NACIONAL E RACIALMENTE todos os elementos adventícios.

Posicionamento bastante radical, considerando suas origens, alianças e propósitos, que é reforçado em outro trecho em que afirma:

Quanto ao problema do negro em particular, repito o ideal que defendemos (como frisei no manifesto aos Negros, lançado em 1931): INTEGRALIZAÇÃO ABSOLUTA, COMPLETA, DO NEGRO EM TODA A VIDA BRASILEIRA – POLÍTICA, SOCIAL, RELIGIOSA, ECONÔMICA, OPERÁRIA, MILITAR, DIPLOMÁTICA, etc – O NEGRO BRASILEIRO DEVE TER TODA FORMAÇÃO E TODA ACEITAÇÃO EM TUDO E EM TODA PARTE, DADAS AS CONDIÇÕES COMPETENTES (que devem ser favorecidas) FÍSICAS, TÉCNICAS, INTELECTUAIS, MORAIS, EXIGIDAS PARA A IGUALDADE PERANTE A LEI.

Em declaração acerca da composição étnica do povo brasileiro, rejeitando a ideia de um Brasil branco, de origem europeia e confrontando o pensamento eugênista, finaliza:

O Brasil precisa absolutamente cessar de ter vergonha da sua Raça aqui dentro e lá fora, na vida internacional. Enforcemos o tal “espírito de arianos”, que faz tanto mal aos negróides do Brasil...” “Se o Brasil não tem um tipo racial, tem toda via uma Raça. Esta precisa ser defendida, valorizada, educada, melhorada por si mesma e não por transfusão de outros sangues, apenas teoricamente melhor.

O principal órgão de divulgação da FNB foi o jornal *A Voz da Raça*, cujo primeiro número publicado em 18 de março de 1933 publicizava a posição majoritária no interior da organização, sustentada por seu presidente, Arlindo Veiga dos Santos, Patrianovista e próximo da Ação Integralista Brasileira, a quem cedia espaços para publicação de artigos de Plínio Salgado. O jornal estampava a epígrafe “Deus Pátria, Raça e Família”, adaptada do lema “Deus, Pátria e Família” dos seguidores de Plínio Salgado. Os editoriais assinados por Arlindo Veiga dos Santos eram marcadamente patriotas e anticomunistas. Defendiam a disciplina, a obediência sem questionamento das ordens dos chefes e denunciavam “os inimigos da Raça e da Pátria, que são quase sempre os mesmos”. O jornal publicava em todos os seus números um clichê com a frase “Negro, não te envergonhes de ser negro: Alista-se nas fileiras *frentenegrinas* se é que queres elevar o nível moral e intelectual da Raça”, frase que implicitamente atribuía o impedimento para a integração social a um suposto baixo nível moral e intelectual dos afrodescendentes e não a uma sociedade estruturalmente racista. Havia ainda convocações para as comemorações do 13 de maio, anúncio de aulas de Inglês e matérias acerca das atividades desenvolvidas pelas “Rosas Negras”¹¹, além da explicitação da exigência de um padrão de comportamento bastante *rígido*¹². Reiteradamente, eram publicadas reportagens e artigos enaltecendo negros com destaque social e convites para que os leitores procurassem o alistamento eleitoral. No campo da política partidária, o posicionamento dos *frentenegrini-*

¹¹ Embora invisibilizadas pelo patriarcalismo dos ativistas e da sociedade em geral, inclusive com pouca presença nos cargos de direção, as mulheres eram maioria dos *frentenegrinos* e também mais assíduas. Segundo Francisco Lucrécio (BARBOSA, 1998, p. 37), conseguiam empregos mais facilmente do que os homens, o que garantia o pagamento regular das contribuições. Sua atuação se dava, principalmente, na organização de eventos, encabeçadas pelo grupo que se chamava Rosas Negras, e como professoras, em cursos de alfabetização e de “Educação, Moral e Cívica” (BARBOSA, 1998, p. 42).

¹² No jornal, há uma crítica contundente aos “rapazes pouco cavalheiros”. Prometem punição e declaram que “já é tempo de se moralizar os últimos retardatários da ascensão da Raça”. CAMARGO, Oswaldo de. (org.). *Imprensa negra brasileira*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2002 (Edição Fac-Similar).

nos não deixava margem de dúvidas quanto ao seu posicionamento ideológico. Candidato a deputado constituinte em 1933, Arlindo Veiga dos Santos na já citada carta declara:

(...) pois, os sindicatos, dentro do espírito cooperativo cristão, harmonizar-se-ia questão do capital e do trabalho, fugindo o Brasil tanto à prepotência capitalista cuja injustiça vai aniquilando e ‘internacionalizando’ os governos e a Nação, como a tirania comunista que ameaça as nossas tradições, os nossos lares, nossa minguada economia e nossa Terra, capaz de ser presa dos bandidos moscovitas, que fariam da riqueza do País, - legado por nossos patrimônios Maiores, - tesouro de financiamento da revolução bolchevista universal-cosmopolita.

A missiva, dirigida às “gentes negras brasileiras”, termina com uma conclamação:

Queremos o velho Brasil recuperado, poderoso pelo Espírito e pela Raça, dominando pelo seu esplendor toda a América e projetando-se no mundo como a nova maravilha do século... despojado dos preconceitos mesquinhos, alinhando braço a Braço o irmão Negro e o irmão Branco, sem que este explore aquele nem aquele desconfie deste. Queremos o Brasil poderoso na terra, no mar e no ar.

Existia, contudo, acirrada disputa política e ideológica no interior da FNB. À direita, seu principal dirigente, defendendo o nacionalismo, o tradicionalismo, o catolicismo e a monarquia; e do outro lado, Vicente Ferreira e José Correia Leite, ambos de esquerda, o último editor do jornal *Clarim da Alvorada* desde 06/01/1924, liderando o grupo que se identificava com o socialismo. Correia Leite mais tarde criou o Clube Negro de Cultura Social que, no entanto, rejeitava a participação política dos negros, em partidos de esquerda ou de direita pois, segundo ele, “eram duas coisas que levavam o negro para morte ou para a cadeia porque não davam resultado algum” (BARBOSA, 1998, p. 73-74). Essa dicotomia contribui para adesões efêmeras, tanto na FNB como na AIB, a exemplo do icônico intelectual e político Abdias do Nascimento, que integrou a Frente Negra e filiou-se à AIB por 5 meses, de onde se desligou no início de 1937, denunciando um suposto “segmento sistematicamente racista contra os negros” no interior daquele movimento (NASCIMENTO; SEMOG, 2006, p. 84-85). Houve, ainda, tentativa de criar uma “Frente Negra Socialista”, que não vingou (BARBOSA, 1998, p. 70). Contudo, a oposição capitaneada por José Correia Leite deu-se de maneira despolitizada em alguns momentos, resvalando para ataques pessoais a Arlindo Veiga, inclusive se utilizando do discurso moralista. O jornal apócrifo *Chibata*, publicado por Leite, posteriormente empastelado por *frentenegrinos* próximos a Veiga, em sua edição “sem número”, datada de fevereiro de 1932, denuncia e ironiza o comportamento do irmão de Arlindo, Isaltino Veiga, dirigente da FNB e casado, que teria se envolvido com uma jovem na cidade de São

Sebastião do Paraíso, interior de Minas Gerais, onde havia ido para participar de um evento da entidade.

Durante algum tempo, parte da diretoria da FNB tentou manter o equilíbrio entre as posições de direita dos irmãos Veiga e as de esquerda de Correia Leite. Segundo um dos membros da primeira diretoria, Francisco Lucrécio (BARBOSA, 1998, p. 44), o colegiado almejava uma “política de boa vizinhança tanto com Plínio Salgado como com Prestes” e, coincidindo com a opinião de Correia Leite, sustentava que “a Frente, na verdade, não podia ser socialista, nem podia defender o capitalismo, a ideologia era da negritude, acima de tudo ser patriota” (BARBOSA, 1998, p. 45). Argumentação que não reflete o nível de politização daqueles dirigentes, uma vez que, naquele contexto, “a defesa da negritude” não estava totalmente apartada das opções político/ideológicas e a expressão “patriota” carecia de sentido. Fato é que, de maneira intuitiva ou por astúcia, a diretoria da FNB movia-se com bastante pragmatismo, pois parecia compreender sua fragilidade diante das disputas das poderosas oligarquias e mesmo frente aos operários brancos organizados nos sindicatos e no PCB, reconhecidos como cidadãos, em detrimento dos ex-escravizados e seus descendentes. Assim, em 1930, em atitude semelhante à da AIB, a FNB aproxima-se de Vargas que, segundo *A Voz da Raça*, de 18/03/1933, recebeu sua direção em audiência. Dentre suas demandas, a mais significativa era a revogação do impedimento de que negros fossem admitidos na recém-formada Guarda Civil de São Paulo. Solicitação atendida por Vargas, em benefício de aproximadamente 200 homens negros, filiados e não filiados à entidade, que viriam a ser empregados naquela Força (BARBOSA, 1998, p. 55).

Existiram, ainda, dissensões entre os *frentenegrinos* conservadores. Na sublevação das oligarquias paulistas e sua tentativa de depor Vargas, a Frente Negra opôs-se explicitamente (BARBOSA, 1998, p. 76), contrariando Pedro de Toledo, interventor que rompera com o presidente e visitou a sede da entidade solicitando apoio. Parte dos negros que congregavam naquela organização, todavia, optaram pelo apoio aos fazendeiros paulistas. Organizaram a Legião Negra, tropa que agregou em torno de 2.000 combatentes, contando com amplo apoio das autoridades e das elites do estado. Joaquim Guaraná Santana, que liderou a dissensão, foi expulso da FNB e, embalado pela importância e notoriedade que adquirira, fundou o Partido Radical Nacionalista - PRN e um jornal, ambos de vida efêmera (DOMINGUES, 2003, p. 34).

Em 1936, os integrantes da FNB resolvem transformá-la em um partido político. Contudo, devido ao golpe de Estado perpetrado por Vargas em 1937, que determinou o fim dos partidos, esse foi colocado na ilegalidade. A entidade sobreviveu por alguns meses com caráter recreativo, adotando o nome de União Negra Brasileira, mas acabou por se fragmentar em diversos grupos locais e clubes sociais, com nomes como 28 de Setembro e União Cívica Palmares, que promoviam entretenimento e ações culturais, sem grande protagonismo social e político.

Considerações finais

É pobre a bibliografia que aborda a relação entre o Integralismo e a questão racial no Brasil, assim como a que busca compreender as razões pelas quais parte da intelectualidade e lideranças afrodescendentes abraçaram uma causa que, a princípio, não representava a continuidade do legado de lutas protagonizadas por negros ao longo do período escravista, nem mesmo da resistência à marginalização da qual foram objeto no longo período de transição. A literatura que se debruça sobre essa questão geralmente aponta o posicionamento conservador da Frente Negra Brasileira, sua herança do Patrianovismo e caracteriza o movimento integralista como racista, estabelecendo um nexos e uma semelhança com o supremacismo branco veiculado pelo nazismo, por conta das inequívocas proximidades entre a AIB e o nazifascismo europeu. Partindo da premissa de que Integralismo e nazifascismo são semelhantes, não atentaram às singularidades desse movimento da extrema-direita brasileira, suas influências nativas, as adaptações promovidas à realidade brasileira e ao debate sociológico e filosófico presente no Brasil de então. O principal argumento para caracterizar aquele movimento como racista é a produção intelectual de Gustavo Barroso, antisemita assumido. Não levaram em conta, todavia, que esse era defensor de uma das correntes eugenistas que sustentava a miscigenação de brancos, indígenas e negros como benéfica à formação de um povo adaptado aos trópicos. Aquela bibliografia não explica o que teria levado intelectuais e lideranças negras do início do século XX a aderir a uma corrente de pensamento de extrema-direita, recusando cerrar fileiras no campo oposto - a esquerda - que apresentava propostas de igualdade, justiça social, apropriação dos meios de produção e questionava a própria riqueza das classes privilegiadas, no Brasil, construída pela exploração dos trabalhadores assalariados mas também, e principalmente, por 350 anos do trabalho dos escravizados.

A documentação analisada e o debate teórico desenvolvido por outros pesquisadores permitem identificar indícios de que uma das razões da equidistância daquelas lideranças negras frente ao comunismo foi o silenciamento da esquerda acerca das suas demandas e busca por inserção social. A esquerda brasileira, constituída quase na totalidade por imigrantes ou descendentes de europeus, sustentava que a exploração capitalista não via cor e, na condição de privilegiados em uma sociedade racista, introjetou o mito da democracia racial. Outro aspecto a ser considerado é a conjuntura nacional e internacional, descrita por Eric Hobsbawm como a Era dos Extremos, com a ascensão das ideologias de direita que conflagraram e levaram ao poder grupos políticos reacionários em diversos países europeus, processo cujos reflexos fizeram-se sentir também no Brasil. Nesse país, os dois principais grupos que disputavam o poder - oligarquias rurais e frações oligárquicas marginais alia-

das aos setores médios urbanos - pautavam-se pelo pensamento conservador, cristão, anticomunista e nacionalista¹³. Sem qualquer instrumento para disputar parcelas do poder autonomamente, coube aos negros aderir a um ou outro dos poderosos grupos em disputa. O posicionamento dos ativistas da Frente Negra na autodenominada Revolução Constitucionalista - com uma parte se mantendo fiel a Vargas e outra aliada as oligarquias paulistas - é o maior exemplo dessa dicotomia que a conjuntura apresentava. Foi no bojo daquela sociedade profundamente cindida que surgiu a Ação Integralista Brasileira manifestando um conservadorismo que propunha a construção de uma nova Nação onde todos os brasileiros estariam integrados e irmanados. Com uma gênese ideológica que remetia ao Romantismo, ao Indianismo e resgatando o mito fundador das oligarquias açucareiras nordestinas, de que o Brasil é resultado da construção harmônica e colaborativa das três “raças”, o Integralismo construiu um discurso que seduzia àquele segmento de negros com incipiente ascensão social, ansiosos por serem aceitos em uma sociedade que lhes rejeitava.

Resta, ainda a pergunta. O movimento integralista era racista?

Certamente, não intrinsecamente racista como algumas das correntes de pensamento daquele período. A documentação e a literatura pesquisadas permitem afirmar que não existia uma prática discriminatória explícita, mas uma variação singular do pensamento eugênico que, mais do que defender o branqueamento, sustentava a importância da miscigenação para construção de “uma nova raça”, a brasileira, portadora de qualidades fundamentais para viver e produzir na realidade dos trópicos e construir uma “nova nação”. Para além das explícitas manifestações de condenação do racismo e defesa da “integração do negro, do indígena, do caboclo...” parece evidente que o Integralismo, ao defender a miscigenação do povo brasileiro como estratégia de construção de um “novo” povo que construiria a “nova nação”, não rejeitava as ideias eugênicas. Contudo, aderiam àqueles aos pensadores que se opunham às ideias originais de Galton e Gobineau, traduzidas no Brasil por Nina Rodrigues, que viam a miscigenação como um mal. É evidente que defendiam a supremacia da cultura europeia, em especial pela defesa intransigente do cristianismo. Contudo, entendiam que tanto pelo passado “glorioso” dos negros, materializado no já citado mito do Nordeste açucareiro, como pelo seu papel de produzir a riqueza por 3 séculos, esses mereciam um espaço no futuro. Quanto

¹³ A materialização dessa disputa deu-se no golpe de 1930, liderado por Getúlio Vargas, na tentativa de contragolpe de 1932, protagonizada pelos cafeicultores paulistas e no estabelecimento de um regime ditatorial por Vargas, em 1937.

aos indígenas, elevados à condição de base principal para construção da “nova raça”, segundo aquele pensamento, precisavam ser valorizados por “cederem suas terras, por aceitarem se misturar com o europeu, por se deixarem cristianizar” (CRUZ, 2004, p.103), por serem os povos originais e, pelo passado glorioso no enfrentamento aos “invasores” flamengos e franceses, além da enorme contribuição no processo de amalgamar a nação e seu povo.

As ideias da AIB certamente eram bem mais sedutoras àqueles negros do que as propostas, veiculadas a partir de uma estética europeia da busca de uma sociedade futura onde não haveria pobres e ricos, na qual os operários estariam no poder. “Quais operários?” certamente deveria ser a pergunta formulada pelos negros, que não se viam representados nos sindicatos, no Partido Comunista e nas organizações de esquerda, desconhecedores de suas demandas específicas. A ideia disseminada por séculos de que a família real era ungida para o exercício do poder, a construção do mito da rainha bondosa que acabara com a escravidão e fora vitimada pelos “usurpadores” republicanos, o desconforto causado por uma sociedade em transformação e a realidade desconhecida que se avizinhava, assim como a disseminação do sentimento de nostalgia, inerente a todos seres humanos, foram elementos fundamentais para o desenvolvimento do sentimento conservador entre setores da população negra. Esses não enxergavam vantagem alguma na nova maneira das elites gerirem o poder ou nas estratégias da esquerda em subvertê-la. A defesa da monarquia, portanto, calava fundo naquela população e esteve presente inclusive nas revoltas populares de maioria negra, como Canudos, Contestado, e nas iniciativas de intelectuais afrodescendentes, presentes na criação da Guarda Negra da Redentora, capitaneada por José do Patrocínio, no exílio voluntário de André Rebouças, em solidariedade ao rei deposto, e na criação do movimento Patrianovista. Na política e nos costumes, o conservadorismo daqueles setores médios e urbanos teria sido uma estratégia de integração social, diferente das anteriores que se pautavam pelo enfrentamento.

O sucesso da Frente Negra Brasileira foi resultado da capacidade dos seus líderes de dialogar com esse seguimento que buscava formas de integrar a sociedade, pelo trabalho, pela educação e, pela política, criando clubes e jornais, sempre na perspectiva conservadora de assimilação à sociedade que, não obstante, rejeitava-os. Na FNB, esses indivíduos viam-se acolhidos e tinham suas demandas consideradas e ainda - o mais importante - as propostas daquele movimento vinham ao encontro do ponto de vista conservador daquela parcela da população. Integrar, também a AIB, uma organização de brancos que propunha agregar os afrodescendentes, parceira da FNB, e que se propunha a ser ponte para a ascensão social dos ex-escravizados, tornou-se a opção natural naquelas circunstâncias.

É possível, à luz da documentação e da literatura consultadas, afirmar que o conservadorismo negro representou uma estratégia pragmática na busca por inclusão social, econômica e política. Comungava com o imaginário plasmado pelas elites de construção de “democracia racial” e contemplava o pensamento reacionário construído por gerações de negros anteriores aos dirigentes *frentenegrinos*. O inusitado distanciamento do pensamento de esquerda, por parte de um grupo social com semelhante origem, e ainda vivenciando as discriminações da sociedade de então, não se deu unicamente pela incompreensão de suas demandas pelo PCB. A adesão ao Integralismo e a outros movimentos reacionários foi uma opção consciente das lideranças e intelectuais, que viram naquele movimento a materialização das suas aspirações. Foi, ainda, uma constante nos movimentos urbanos do período, à exceção daqueles que se pautaram pela violência, resultado de surtos de revolta contra desmandos do poder público e das oligarquias.

Essa orientação ideológica seria alterada somente no final da década de 1970, nos estertores da ditadura civil/militar, uma vez que as perseguições a lideranças dos trabalhadores, a imposição da censura aos meios de comunicação e a violência estatal pedagogicamente contribuíram para que homens e mulheres negras, objetos de discriminação ao longo século XX, concluíssem existir incompatibilidade do pensamento conservador de direita com o atendimento às suas demandas.

Referências Bibliográficas

- ABREU, João Capistrano Honório de. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. Rio de Janeiro: Orosco, 1907
- ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro 1808-1822*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1983.
- AZEVEDO, André Nunes. A Reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana. *Revista Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 10, p. 39-79, maio/ago. 2003.
- BARBOSA, Márcio. *Frente Negra Brasileira: depoimentos*. São Paulo: Quilombhoje, 1998
- BARROSO, Gustavo. *O Integralismo e o mundo*. Rio de Janeiro: Civil. Brasileira, 1936. p. 17.
- BRASIL. Senado Federal. Decreto n.º 19.482, de 12 de dezembro de 1930 (“Lei dos 2/3”). Acervo virtual do Senado Federal - Secretaria de Informação Legislativa. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/437093/publicacao/15798614>. Acesso em: 19 julho 2021.
- CAMARGO, Osvaldo de. *Imprensa negra: estudo crítico de Clóvis Moura*. Organização de Osvaldo de Camargo. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo, 2002. Edição fac-similar.
- CARONE, Edgard. *PCB, 1922 a 1943*. São Paulo: Difel, 1982.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 1987.

- CAZETTA, Felipe Azevedo. Deus, pátria, família... monarquia: Ação Imperial Patrionovista e Ação Integralista Brasileira: choque e consonâncias. *Boletim do Tempo Presente*, [s.l.], n. 4, p. 1-12, ago. 2013. Disponível em: <http://www.seer.ufs.br/index.php/tempopresente>. Acesso em: 12 maio 2022.
- CHADAVERIAN, Pedro. Caldas. *Raça, classe e revolução no Partido Comunista Brasileiro: 1922-1964*. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2012v11n2op255/25503>. Acesso em: 12 maio 2022.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. [1986] Campinas, São Paulo: Unicamp, 2012.
- COSTA FILHO, Cicero João. Raízes raciais do Projeto integralista (nacional) de Gustavo Barroso: o preconceito, a intolerância e o racismo para com a figura do judeu no Brasil da década 1930. *Revista Caminhos da História*, [s.l.], v. 2, n. 2, 2017. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/caminhosdahistoria/article/view/2014/2123>. Acesso em: 12 maio 2022.
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões: Campanha de Canudos*. Lisboa: Livros do Brasil, 1901.
- CRUZ, Natalia dos Reis. A miscigenação racial na doutrina do sigma: o discurso velado do racismo integralista. *Dimensões da História - Dossiê: História, identidade e etnias*, [s.l.], n. 18, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2445>. Acesso em: 16 julho 2021.
- CRUZ, Natalia dos Reis. *O integralismo e a questão racial: a intolerância como princípio*. Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense, 2004. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/academico/media/aluno/346/projeto/Tese-natalia-dos-reis-cruz.pdf>. Acesso em: 13 julho 2021.
- DOMINGUES, Petrônio. *A insurgência de ébano: a história da Frente Negra Brasileira - 1931-1937*. Tese de Doutorado, Departamento de História, Universidade de São Paulo, 2005.
- DOMINGUES, Petrônio José. Os “pérolas negras”: a participação do negro na Revolução Constitucionalista de 1932. *Afro-Ásia*, [s.l.], n. 29/30, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21058>. Acesso em: 19 junho 2021.
- DOMINGUES, Petrônio. Minervino de Oliveira: um negro comunista disputa a presidência do Brasil. *Dossiê - Intelectuais Comunistas - Lua Nova*, [s.l.], n. 101, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/ttQtXzGbG8Nb6YSkgRCdqy/?lang=pt>. Acesso em: 19 julho 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-013051/101>.
- DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo*, [s.l.], v. 12, n. 23, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/yCLBRQ5s-6VTN6ngRXQy4Hqn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 junho 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-77042007000200007>.
- ESTATUTOS da Frente Negra Brasileira, 16 set. 1931. In: BARBOSA, Márcio. *Frente Negra Brasileira: depoimentos*. São Paulo: Quilombhoje, 1998. p. 110-111.
- ESTATUTOS do Partido Comunista do Brasil, 27 mar. 1922. In: CARONE, Edgard. *O PCB: 1922 a 1943*. São Paulo: Difel, 1982. p. 23-29.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. [1964] São Paulo: Ática, 1978.

- FOLHETO da Acção Imperial Patrianovista Brasileira. Acervo virtual da FGV/CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/arquivo-pessoal/GV/textual/folheto-da-accao-imperial-patrianovista-brasileira-pregando-a-instauracao-do-imperio-brasileiro-sao-paulo>. Acesso em: 19 julho 2021.
- FRANCISCO, Flavio Thales Ribeiro. O império da supremacia branca e a Frente Negra Brasileira: as representações sobre as relações raciais da América Latina no jornal Afro-americano Chicago Defender (1916-1940). *Afro-Ásia*, [s.l.], n. 60, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/26642>. Acesso em: 12 maio 2022.
- FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. [1933] São Paulo: Global, 2006.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. [1936] 17. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1984.
- JACINO, Ramatis. *O branqueamento do trabalho*. São Paulo: Nefertiti, 2008.
- JACINO, Ramatis. *Transição e exclusão: o negro no mercado de trabalho em São Paulo pós abolição: 1912/1920*. São Paulo: Nefertiti, 2014.
- JORNAL A CLASSE OPERÁRIA: 1925-1928. Números 5, 6, 7, 9, 10 e 18. Acervo virtual da Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/classe-operaria/086569>. Acesso em: 17 março 2022.
- JORNAL A LIBERDADE. 14 ago. 1919. Acervo virtual do Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo Jornal. 1929-1932. Boletim da Eugenia Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 29 junho 2021.
- KOSSLING, Karin Santana. Os afrodescendentes na Ação Integralista Brasileira. *Histórica*, São Paulo, v. 14, 2004. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/publicacoes/revista_historica. Acesso em: 12 outubro 2022.
- KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. [1987] 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- MACHADO, Gisele Cardoso de Almeida. A difusão do pensamento higienista na cidade do Rio de Janeiro e suas consequências espaciais. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26, 2011. *Anais*. São Paulo: ANPUH, 2011.
- MANIFESTO da Ação Integralista Brasileira. 7 out. 1934. Acervo virtual da Frente Integralista Brasileira Disponível em: <https://www.integralismo.org.br/manifesto-de-7-de-outubro-de-1932/>. Acesso em: 13 junho 2021.
- MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Como se deve escrever a História do Brasil*. [1845]. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1982.
- NASCIMENTO, Abdias do. *Genocídio do negro brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- NASCIMENTO, Abdias do; SEMOG, Éle. *O Griot e as muralhas*. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.
- OLIVEIRA, André Côrtes de. *Quem é a "Gente Negra Nacional"?* Frente Negra Brasileira e A Voz da Raça (1933-1937). Dissertação de mestrado, Instituto Filosofia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2006.
- OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. A evolução dos estudos sobre o integralismo. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 36, p. 118-138, 2010.

- PREDEBON, Gabriel Soares. O integralismo e a questão racial nas páginas do Jornal A Marcha. In: GONÇALVES, Leandro Pereira; SIMÕES, Renata Duarte (org.). *Entre tipos e recortes: histórias da imprensa integralista*. Rio de Janeiro: Autografia, 2019. v. 3. Disponível em: https://www.academia.edu/42332688/Entre_tipos_e_recortes_hist%C3%B3rias_da_imprensa_integralista_volume_3. Acesso em: 16 julho 2021.
- PINTO, Regina Pahim. *Movimento negro em São Paulo: luta e identidade*. Tese de doutorado, Departamento de Antropologia, Universidade de São Paulo, 1993.
- REALE, Miguel. Súmula do Integralismo [1935]. In: *Perspectivas integralistas: obras políticas (1ª fase - 1931-1937)*. Brasília: Universidade de Brasília, 1983. tomo III.
- RODRIGUES, Raimundo Nina. *As raças humanas e a responsabilidade penal*. Bahia: Imprensa Popular, 1894.
- SALGADO, Plínio. Trechos de uma carta. *Panorama*, ano 1, n. 4/5, p. 5, abr./maio 1936. Disponível em: <http://pliniosalgado.blogspot.com/2011/02/trechos-de-uma-carta-plinio-salgado-em.html>. Acesso em: 19 julho 2021.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
- SENTINELO, Jaqueline Tondato. O lugar das “raças” no projeto de nação da Ação Integralista Brasileira. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 108, maio 2010. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/9457>. Acesso em: 12 maio 2022.
- SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina*. [1984]. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
- SILVA, Hélio. *Nilo Peçanha. 7º. Presidente do Brasil: 1909-1910*. São Paulo: Três, 1983.
- SILVA, Luiz Silva Cuti. *E disse o velho militante José Correia Leite*. São Paulo: Noonha América, 2013.
- Thomé, Nilson. Negros no contestado, sim! Quilombos e quilombolas, não! *Ágora: Revista de Divulgação Científica*, [s.l.], v. 16, n. 1, p. 108-124, 2009. Disponível em: <http://www.periodicos.unc.br/index.php/agora/article/view/11>. Acesso em: 12 out. 2022.
- UMA PONTE entre o anarquismo e o comunismo - Jornal sindical “A Vanguarda” apoiou a Internacional Comunista no Brasil. 4 jan. 2021. Acervo virtual de CEDEM, UNESP. Disponível em: <https://www.cedem.unesp.br/#!/noticia/448/uma-ponte-entre-o-anarquismo-e-o-comunismo>. Acesso em: 17 julho 2021.
- VARNHAGEM, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil: antes da sua separação e independência de Portugal*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Clássica, 1877.

Iconografia

- BROCOS, Modesto. *A redenção de Can*. 1895, pintura. Disponível em: <https://www.edusp.com.br/mais/a-tela-a-redencao-de-cam-e-a-tese-do-branqueamento-no-brasil/>. Acesso em: 8 julho 2021.
- COLEÇÃO Revelando o Contestado, do fotógrafo sueco Claro Jansson (1877-1954). Acervo virtual do Museu do Paraná. Imagens: 18, “Fanáticos após a Rendição”, Imagem 21, “fazendeiros com sertanejos”; Imagem 22, “Churrasco oferecido aos vencidos”; Imagem 23, “Guerra com música em Ouro Verde”. Disponível em: <https://www.museuparanaense.pr.gov.br/Pagina/Revelando-o-Contestado-imagens-do-mais-sangrento-conflito-social-do-Brasil-nas-lentes-do>. Acesso em: 13 março 2022.

Jornais – Acervo do autor

O Menelick, 01/01/1916 – São Paulo; *A Rua*, 24/02/1916 – São Paulo; *O Xauter*, 16/05/1916 – São Paulo; *O Alfinete*, 03/08/1918 – São Paulo; *Chibata*, fevereiro de 1932 – São Paulo; *Elite*, 20/01/1824 – Rio de Janeiro; *O Kosmos*, 22/06/1924 – São Paulo; *Getulino*, 24/08/1924 – Campinas; *Auriverde*, 13/05/1928 – São Paulo; *O Patrocínio*, 07/09/1929. Piracicaba – SP; *Progresso*, 31/01/1930 – São Paulo; *Clarim da Alvorada*, 28/09/1930 – São Paulo; *Tribuna Negra*, setembro de 1935 – São Paulo; *O Estimulo*, 12/05/1935 – São Carlos; *A Raça*, 10/11/1935, Uberlândia – MG; *Alvorada* 05/05/1936 – Pelotas – RS; *A Voz da Raça* – 18/03/1933 e julho de 1937 – São Paulo.

Recebido: 08/08/2021 – Aprovado: 29/04/2022

Editores Responsáveis

Miriam Dolhnikoff e Miguel Palmeira